

NO FUNDO PESSOAL: QUESTÕES SOBRE A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA EM ARQUIVOS PESSOAIS

Vitor Serejo Ferreira Batista (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos pessoais apresentam determinadas peculiaridades na discussão teórica arquivista. Por apresentarem as particularidades de seus respectivos titulares, os arquivos pessoais constituem um elemento complexo de análise. Deste modo, podemos perceber que os arquivos pessoais carregam consigo características que provocam a área arquivística, no que diz respeito à aplicação dos princípios arquivísticos.

Quando falamos de um fundo de arquivo pessoal, estamos nos referindo aos documentos acumulados por um determinado indivíduo. Isso se torna uma questão quando, por exemplo, um produtor desenvolve um heterônimo, uma figura popular que apresenta destaque no arquivo assim como seu ortônimo (produtor original). Sobre isso questionamos: é possível um fundo de arquivo pessoal guardar documentos que sejam de dois produtores diferentes? Ou neste caso, quem é o produtor do arquivo?

Nesse sentido, analisaremos a aplicabilidade dos princípios arquivísticos em um arquivo pessoal a partir de estudo sobre o arquivo de Júlio César de Mello e Souza (1895-1974), especificamente os documentos produzidos por seu heterônimo, Malba Tahan. Os documentos em questão estão localizados no Centro de Memória da Educação (CME), órgão científico da Faculdade de

Educação da Universidade de Campinas - UNICAMP. Essa pesquisa é desenvolvida no âmbito do PPGCI/UFF e com base CAPES. Trata-se de uma pesquisa que está em fase inicial, portanto, apresentaremos apenas questões iniciais formuladas a partir da revisão bibliográfica do tema, incluindo Douglas (2016), Ketelaar (2018), Camargo (2009) e Abreu (2018).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O conceito de fundo em arquivos pessoais

A arquivologia é a ciência que tem como objeto central de estudo o arquivo, este conjunto de documentos que, "independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas" (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p. 21). O conceito de arquivo se distingue do conceito de fundo, mesmo que pesem eventuais imprecisões. O conceito de fundo é um dos pilares estabelecidos pela área, em 1841, pelo francês Natalis de Wailly. Michel Duchein nos afirma que "fundo" corresponde a um "conjunto de documentos cujo acréscimo é efetuado no exercício das suas atividades" (DUCHEIN, 1992, p.1). Ainda nesta discussão, o princípio de Respeito aos fundos se iguala a outro princípio caro à disciplina arquivística: o princípio da proveniência. Duchein (1992) nos afirma que o princípio de Respeito aos fundos, é considerado:

Desde a segunda metade do século XIX, como o princípio fundamental do arquivo. É pela prática que o arquivista se distingue nitidamente por um lado do bibliotecário e do documentalista por outro. Mas como muitos princípios é mais fácil enunciá-lo do que defini-lo e defini-lo do que aplicá-lo. (DUCHEIN, 1992, p. 1)

Podemos pensar que uma característica comum para compreendermos como se desenvolve um fundo é o seu caráter orgânico. Essa afirmação está presente na obra apresentada pelos teóricos holandeses no final do século XIX, ao afirmarem que "um arquivo é um todo orgânico" (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 18). Sobre essa questão, Douglas (2016) nos afirma que:

O *archief* é 'um todo orgânico, um organismo vivo, que cresce, toma forma e sofre mudanças' de acordo com o crescimento, o desenvolvimento e as mudanças que têm dentro da administração que o cria. Portanto, cada *archief* é 'sempre o reflexo das funções' da entidade que o cria, o que faz com que ele possua 'sua própria personalidade, sua individualidade. (DOUGLAS, 2016, p. 52)

A questão que nos mobiliza neste momento é a de que nesses estudos, seja pelos autores holandeses ou por outros que os prosseguiram, o objeto analisado era o arquivo institucional público. Ainda que possamos afirmar que "Jenkinson ampliou os estudos sobre os arquivos, compreendendo que, além da natureza administrativa, o conceito de documento de arquivo abrangeria também aqueles produzidos no âmbito privado" (MATOS; PEREIRA, 2019, p. 77), foi Casanova que apresenta o conceito de arquivo sendo uma "acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa" (CASANOVA, 1928, p. 19, tradução nossa).

Sobre o conceito de arquivo trazido por Casanova, Abreu (2018) nos afirma que:

Casanova condiz com a discussão terminológica e reconhece o caráter orgânico dos arquivos produzidos por pessoas, cuja preservação estava relacionada à memória da finalidade para a qual os documentos foram criados, fundamental para garantia do vínculo entre o arquivo e o produtor. (ABREU, 2018, p. 33)

Nesse debate em torno do papel dos arquivos pessoais, Abreu (2018) aponta que mesmo os produtores de arquivos pessoais contemplem, entre seus documentos alguns de caráter oficial (certidões, diplomas, entre outros), esses arquivos não são objeto necessário de compromisso formal. O peculiar destes documentos se dá, exatamente, pela sua aura de singularidade. Desta maneira, os arquivos pessoais acabam sendo objeto de discussão na área dos arquivos, principalmente no que tange sobre os limites de seu formato perante arquivo, mas que têm nos princípios arquivísticos sua salvaguarda enquanto arquivos (LOPEZ, 2003). Visto isso, Camargo (2009) nos afirma que:

A explicação que me parece mais adequada para essa aparente contradição, particularmente aguda no caso dos arquivos pessoais, é da complexidade das operações necessárias para compreender a funcionalidade dos documentos em sua dimensão temporal. (CAMARGO, 2009, p. 34)

O que podemos evidenciar aqui é que os documentos presentes em arquivos pessoais são fruto de ações e atividades que provêm da necessidade do seu produtor em registrar determinada ação. Isso porque são resultado natural de atividades do indivíduo, o qual registrou suas ações envolto ao ambiente que o circunda, "formados por causa das necessidades, desejos e

preferências de seus titulares no tocante à produção e à preservação de documentos" (HOBBS, 2016, p.303).

Por se tratar de um conjunto documental, assim como qualquer outro arquivo institucional, os arquivos pessoais detêm uma formação peculiar no que tange a análise de seu fundo, visto que podemos observar melhor como funciona o conceito de proveniência dos mesmos. Essa proveniência, que pretendemos analisar mais a frente, é fundamental para que possamos discutir como que um fundo em arquivos pessoais pode ser analisado.

2.2 O arquivo de Julio Cesar de Melo e Sousa

Julio Cesar de Melo e Sousa (1895 -1974) foi um professor de matemática brasileiro, nascido no Rio de Janeiro (RJ). Como professor, atuou em várias áreas de ensino, passando pela História, Geografia e até mesmo a Física. Porém, teve sua maior relevância histórica para o país em decorrência de seus métodos para o ensino da Matemática no Brasil, tendo atuado em instituições públicas como o Colégio Pedro II e a Escola Normal da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como escritor, elaborou e escreveu diversos livros, a partir dos anos 1930, enfatizando meios de compreensão e estudo da Matemática, Álgebra e Aritmética, por trazer desafios através de uma escrita criativa e inventiva, que tinha como foco o público infanto-juvenil. Sua fama em vida, contudo, acabou por ser sobre sua associação ao escritor Malba Tahan, que no caso era seu heterônimo.

Malba Tahan surge de uma necessidade do professor Julio Cesar de Melo e Sousa em obter espaço de publicação literária nos jornais da época, visto que tais veículos de comunicação não publicavam autores nacionais desconhecidos. Ao criar esse escritor árabe, assim como uma espécie de vida do mesmo, como informações sobre o seu nascimento, sua vida pessoal e mais, podemos pensar que o autor acabava por criar um heterônimo.

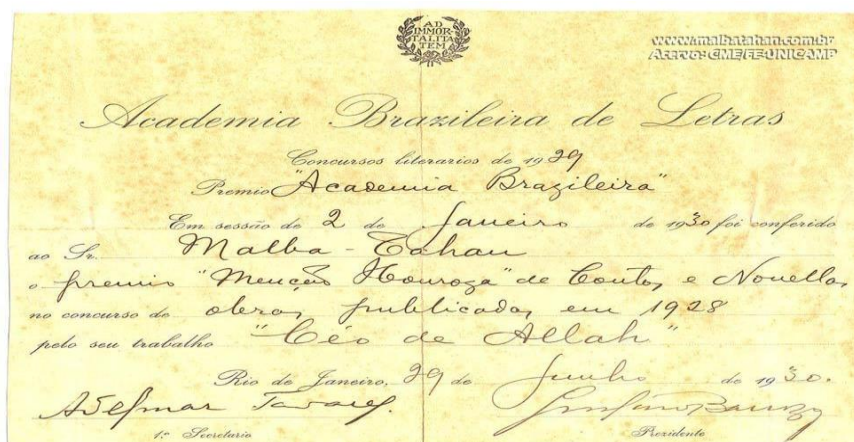
A figura de Malba Tahan surge essencialmente por meio da amizade com o jornalista Roberto Marinho, dono do jornal carioca A Noite, que propõe a Melo e Sousa a tarefa de trazer à vida histórias da cultura árabe, uma vez que o professor detinha vasto conhecimento sobre o tema. Eis que surge então Malba Tahan, escritor fictício de contos árabes, que, no entanto, era o próprio Júlio César de Melo e Sousa. Essa criação é possível também pela dedicação de Melo e Sousa pelos estudos da cultura árabe, rendendo ao heterônimo características singulares como, por exemplo, uma biografia específica desenvolvida ao longo das edições de seu primeiro livro, "Contos de Malba

Tahan", publicado pela primeira vez em 1925. Podemos observar esse tipo de construção bibliográfica resumida por Siqueira Filho (2008), em que afirma:

Conheceis a história de Malba Tahan. É das mais interessantes. Ali Yazzed Izz-Eddin Ibn Salin Hank Malba Tahan, famoso escritor árabe, descendente de uma tradicional família muçulmana, nasceu no dia 06 de maio de 1885 na aldeia de Mazalit, nas proximidades da antiga cidade de Meca. Fez os seus primeiros estudos no Cairo e, mais tarde, transportou-se para Constantinopla, onde concluiu oficialmente o seu curso de ciências sociais. Datam dessa época os seus primeiros trabalhos literários que foram publicados em turco, em diversos jornais e revistas. A convite de seu amigo o Emir Abd el Azziz ben Ibrahim, exerceu Malba Tahan, durante vários anos, o cargo de quaimaquam (prefeito) na cidade Árabe de El-Medina, tendo desempenhado as suas funções administrativas com rara inteligência e habilidade. Conseguiu, mais de uma vez, evitar graves incidentes entre os peregrinos e as autoridades locais; e procurou sempre dispensar valiosa e desinteressada proteção aos estrangeiros ilustres que visitavam os lugares sagrados do Islam. Pela morte de seu pai, em 1912, recebeu Malba Tahan uma grande herança; abandonou, então o cargo que exercia em El Medina e iniciou uma longa viagem através de várias partes do mundo. Atravessou a China, o Japão, a Rússia, grande parte da Índia e Europa, observando os costumes e estudando as tradições dos diversos povos. Entre as suas obras mais notáveis, citam-se as seguintes: "Roba-el-Khali", "Al-samir", "Sama-Ullah", "Maktub", "Lendas do Deserto", "Mártires da Armênia" e muitas outras. Foi ferido em combate (julho de 1921), nas proximidades de El Riad, quando lutava pela liberdade de uma pequenina tribo da arábia Central [...]. (SIQUEIRA FILHO, 2008, p. 41)

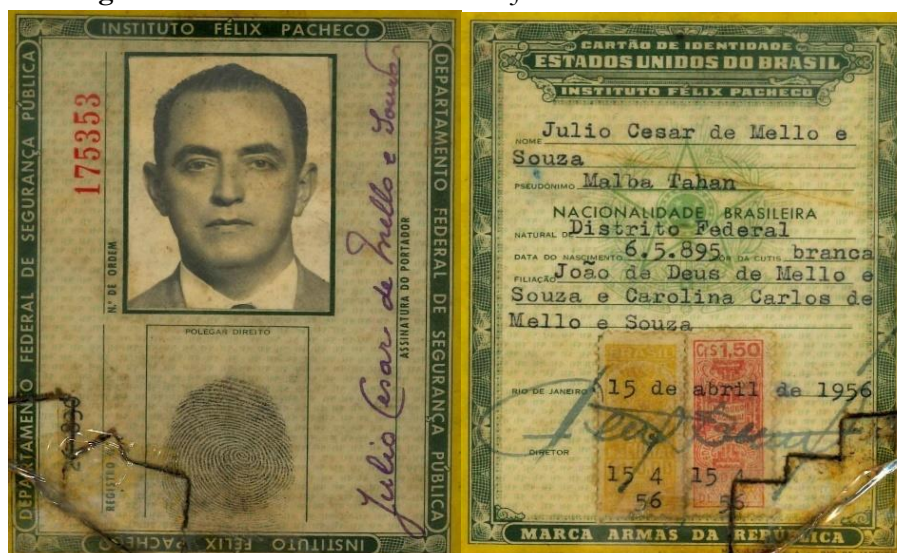
Os documentos do arquivo de Julio Cesar de Melo e Sousa encontram-se no Centro de Memória da Faculdade de Educação (CME) - UNICAMP, entre os quais podemos encontrar diplomas, correspondências e outros tipos de documentos que nos apontam para uma interessante presença do heterônimo no arquivo.²⁵² Tenhamos, como exemplo, um diploma emitido pela Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1930, como menção honrosa ao escritor Malba Tahan.

²⁵² Os documentos utilizados neste trabalho estão disponíveis no site oficial <https://malbatahan.com.br/>

Figura 1 - Diploma de Menção Honrosa (ABL)

Fonte: Acervo Malba Tahan/ Centro de Memória Faculdade de Educação - UNICAMP.

Outro tipo de documento presente é uma cédula de identidade do escritor Júlio César de Melo e Sousa, emitida pelo Instituto Félix Pacheco, na qual existe um entre nomes, Malba Tahan, como uma forma de identificar o escritor.

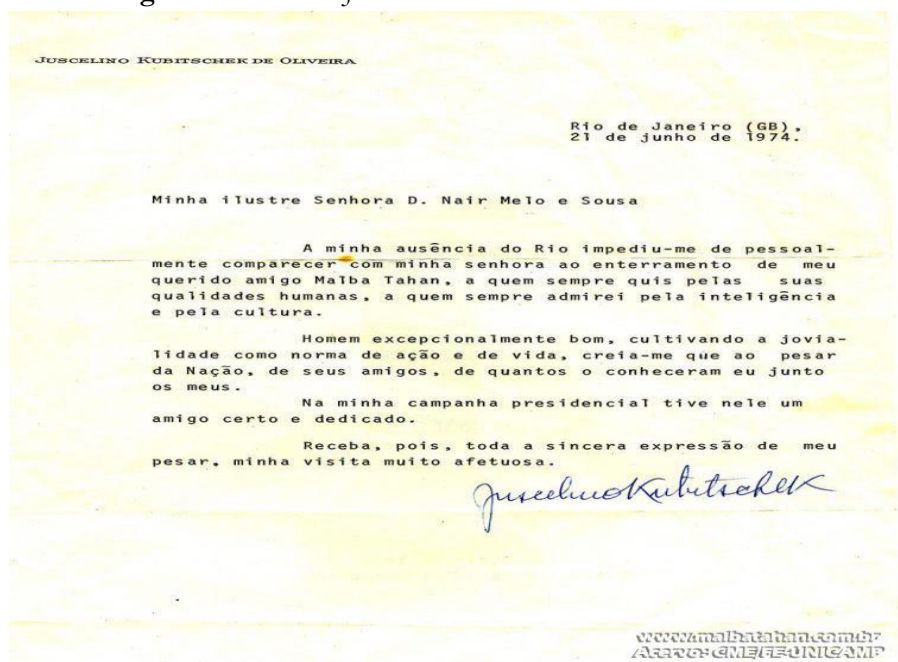
Figuras 2 e 3 - Identidade do escritor Júlio César de Melo e Sousa

Fonte: Acervo Malba Tahan/Centro de Memória Faculdade de Educação - UNICAMP.

Como último exemplo, temos uma carta enviada em junho de 1974 pelo ex-presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, para a viúva de Júlio César

Mello e Souza, Dona Nair Mello e Souza, lamentando a morte do escritor. Detalhe da carta é como o ex-presidente nomeia o morto, Malba Tahan.

Figura 4 - Carta de Juscelino Kubitschek lamentando morte do autor



Fonte: Acervo Malba Tahan/Centro de Memória Faculdade de Educação - UNICAMP.

A partir da análise dos exemplos, podemos nos perguntar se a figura de Malba Tahan, dada a sua biografia e sua aceitação sociocultural enquanto um produtor, não poderia ser compreendido como um heterônimo. De acordo com Ferreira (1990), a heteronímia é o estudo dos heterônimos, um conceito de difícil explicação, por tratar-se de um objeto em que vários fatores pessoais e sociais convergem entre si. A criação de um heterônimo é possível graças à existência de um ortônimo, figura ligada a um produtor original que, por sua vez, se difere do heterônimo por conta de suas particularidades. Deste modo, o heterônimo reflete o compromisso adotado pelo autor em expor as necessidades de sua escrita, adaptando um ritmo a esta atividade, que transita entre as características singulares que moldam sua criação. Essas necessidades apresentadas pelo professor Júlio César, e que fizeram com que a figura de Malba Tahan existisse, possibilitaram também uma espécie de fenômeno em relação ao seu arquivo. O caso é que o fundo arquivístico de Júlio César de Melo e Souza têm guardados consigo os documentos de Malba Tahan. Porém,

se tratando de outro escritor que se difere do professor, este também não poderia ser compreendido como um produtor?

2.3 A aplicabilidade do Princípio da proveniência

O princípio da proveniência é considerado como uma das bases fundamentais para a atividade arquivística, desde sua primeira aplicação ainda no século XIX, na Prússia. Schellenberg (2006) o considera como um "princípio fundamental baseado no princípio francês do *respect des fonds*" (SCHELLENBERG, 2006, p. 246), e que "permaneceu como um tópico fundamental do debate e do discurso arquivísticos" (DOUGLAS, 2016, p. 47).

O princípio funciona como um instrumento vital na organização dos documentos em um fundo. Sobre a compreensão de como podemos ver o princípio, Douglas (2016) nos aponta que pode ser entendido através de três métodos ligados a proveniência: um organizativo, um físico e intelectual e um sócio-histórico. Sobre o princípio organizativo, trata-se de um método para organizar o fundo a partir do princípio da proveniência, no que esta afirma sobre o princípio ser descrito como "um 'método' de organização de material arquivístico e, apesar de fazer alusão à justificativa teórica do método, sua ênfase prática fica evidente" (DOUGLAS, 2016, p. 54).

No caso de compreendê-lo como construto físico e intelectual, Douglas (2016) destaca a relevância de determinado documento estar presente em um arquivo, por mais que possa ter cópias ou exemplares semelhantes, é dotado de unicidade, o que faz com sua finalidade para com o seu produtor seja única. Segundo Douglas (2016), "os arquivos são um espelho não da história de seu criador, mas de sua própria história enquanto documentos" (DOUGLAS, 2016, p. 59). Em relação ao contexto sócio-histórico, Douglas (2016) nos alerta que "o primeiro passo rumo a uma expansão do contexto de produção é chamar atenção para os sistemas sociais, o que pressupõe a identidade de um criador e a necessidade deste de gerar um documento" (DOUGLAS, 2016, p. 61).

As três propostas apresentadas pela autora para uma compreensão sobre o princípio da proveniência nos colocam no debate acerca dos documentos de Malba Tahan. Isso porque são documentos que tem como produtor um heterônimo, que só existe perante ser social, e reconhecido através dos documentos previamente apresentados neste trabalho, em razão do contexto sócio-histórico que o autor se incide, da validade dos documentos produzidos pelo mesmo como "oficiais". Considerarmos os princípios arquivísticos fora de um contexto organizacional é irrelevante, na medida em que os arquivistas precisam levar em consideração a natureza e a história dos

documentos pertencentes a um arquivo antes de organizá-lo (MEEHAN, 2018).

Os documentos presentes no arquivo de Júlio César de Mello e Souza são resultado natural de suas ações em vida, e da mesma forma compõem um *rastro* deixado pelo seu produtor. Quando mencionamos o termo *rastro* de um indivíduo, nos referimos às atividades de um produtor refletidas a "uma percepção de si, de identidade, de um 'lugar' no mundo" (MCKEMMISH, 2018, p. 242). Ketelaar (2018) aponta que as circunstâncias existentes na produção dos documentos, as quais proporcionam informações sobre o contexto de produção, são elementos necessários para que possamos compreender o que o autor diz por *arquivização*, *arquivação* e *arquivamento*.

Sendo *arquivamento* aquilo que “entende-se geralmente a atividade que se segue à criação de um documento” (KETELAAR, 2018, p. 198), pode ser visto como o processo de arquivar um documento. Anterior ao mesmo está o conceito de *arquivação*, que é uma ação que “vai além da captura e inclui a fase preliminar da criação; ela consigna, inscreve um vestígio em algum lugar, em algum espaço exterior” (KETELAAR, 2018, p.198), ou seja, é o ato de registro da ação, ocorrido em decorrência de questões ligadas a um processo social. Por fim, a *arquivização* diz respeito ao próprio documento na sua essência. Ketelaar (2018) afirma que “a arquivização não determina apenas se e como as ações serão registradas nos arquivos” (KETELAAR, 2018, p.199), mas está ligada aos meios possíveis para a realização do registro.

Podemos pensar então, a partir das contribuições de Douglas (2016) e Ketelaar (2018), que questões ligadas ao contexto de produção dos documentos são elementos valiosos para a compreensão de que os produz. No caso do processo de heteronímia presente nos documentos do objeto deste trabalho, uma vez que as necessidades em criar o heterônimo Malba Tahan perpassam a urgência do autor em produzir para si um “álibi” para desenvolver seu trabalho, acabam por provocar a questão: quem de fato é o produtor do arquivo investigado? E se no caso de ambos poderem ser considerados produtores, como podemos compreender a organização deste fundo de arquivo pessoal?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber determinada plasticidade em um fundo arquivístico, o que não o limita ao seu formato concreto ou dimensão física. O fundo se comporta conforme a necessidade apresentada pelos documentos gerados pelo seu produtor. Isso é possível pois o contexto de produção presente no momento em que um documento é produzido, acaba por ser elemento chave

para compreendermos o arquivo. No caso dos arquivos pessoais, esse contexto toma força ainda maior, uma vez que estamos lidando com documentos dotados de peculiaridades, que refletem o seu produtor e que podem ser interpretadas de forma livre, desde que não se reconheça o porquê da produção de tal documento. No caso dos arquivos de um heterônimo, são documentos que, apesar de gerados pelo produtor original (seu ortônimo), refletem as características, individualidades e necessidades do próprio heterônimo, o que causa imprecisão na forma como compreendemos um fundo a partir da acumulação de documentos pertencentes à um produtor só.

A discussão sobre a utilização do princípio da proveniência, assim como a composição de um fundo de arquivo, é variável. No entanto, gostaríamos de destacar a relevância destas ideias trazidas para nossa discussão em desenvolvimento, tendo em vista as bases de análise sobre os arquivos pessoais. A pergunta que deixamos é: tendo em vista estas constatações e se valendo de que os documentos de Malba Tahan podem ser considerados documentos não pertencentes à Julio Cesar de Melo e Sousa, como podemos organizar este arquivo pessoal e de forma as informações que ali estão presentes podem ser melhor aproveitadas para uma evolução sobre a organização dos fundos em arquivos pessoais?

REFERÊNCIAS

ABREU, José Phelipe Lira de. **Existir em bits**: Arquivos Pessoais nato-digitais e seus desafios à teoria arquivística. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2018

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p.167

BIOGRAFIAS. **Malba Tahan**, 2017. Disponível em: <<https://www.malbatahan.com.br/biografias/sumario/>>. Acesso em: 20 set 2021.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. 2.ed. Siena: Lazzeri, 1928.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n.2, pp. 26-39, jul-dez. 2009

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos arquivistas de São Paulo, 3ª edição, 2012. 128p

DOUGLAS, Jennifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In_____: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p.47-74

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/11453>>. Acesso em: 11 Jun 2022.

FERREIRA, Jerusa Pires. Heterônimos e cultura das bordas: Rubens Lucchetti. **Revista USP**, n. 4, p. 169-174, 1990.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: Reconstruindo traços de vida individual. In _____: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p.303-329

LOPEZ, André P. Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, v. n. 15, p. 69-82, 2003.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.193-206

MATTOS, R.; PEREIRA, A. A. C. Discussões em torno dos arquivos pessoais face a teoria arquivística. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 33, n. 2, p. 75-91, 2019. DOI: 10.14295/biblos.v33i2.8826 Acesso em: 16 jun. 2022.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... In: **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.239-259

MEEHAN, Jennifer. Novas considerações sobre ordem original e documentos pessoais. In: **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.305-328

SIQUEIRA FILHO, Moysés Gonçalves. **Ali Iezid Izz-Edim IBN Salim Hank Malba Tahan**: Episódios do Nascimento e Manutenção de um Autor-Personagem. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. 258p.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388p.